



DISCUTINDO *VIOLÊNCIAS* NA ESCOLA: A DISCIPLINA SOBRE OS SUJEITOS

Thaís Priscila de Souza Torres¹ & Daniele Carvalho de Andrade²

¹ Mestranda em Educação pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE – campus Recife) – thais_souza_torres@hotmail.com; ² Professora da Rede Municipal de Ensino de João Pessoa, PB.

Resumo:

O universo escolar é atravessado por valores, crenças, preconceitos, e no seu dia-a-dia é possível assistir à diversidade de discursos, enunciados e gestos. Rotineiramente circulam preconceitos envolvendo a raça/etnia, religião, gênero e sexualidade, que são implantados a partir das diferenças de identidades e hierarquizações, dentre elas, consideramos como incluídos em posições subalternas os sujeitos que se distanciam da heteronormatividade. Buscando conhecer quais são os discursos e desconstruí-los, elaboramos uma Sequência Didática para promover discussões a partir das *violências* que os indivíduos LGBTs são submetidos diariamente. Relatamos aqui a condução das oficinas “*Escola sem homofobia*” e “*Escola sem rótulos*”, que foram apresentadas a estudantes do 2º ano do ensino médio em uma escola pública da cidade de Recife-PE. Ao aplicar as oficinas foi possível observar diferentes abordagens, dentre elas destacamos a religioso-radical e a moral-tradicionalista, que são compreendidas por nós como dois campos que (re)produzem a *violência*. Ficou claro para eles/as a existência de *violências* sobre os corpos e mentes para além da *violência física*, constituídas por discursos LGBTfóbicos que excluem e negam a existência dos sujeitos LGBTs. As oficinas contribuíram para uma sensibilização, como também facilitaram analisar os discursos (re)produzidos. Para nós professores/as, esta percepção contribui com a elaboração de um campo de construção metodológica que ajudem os/as estudantes a desconstruir seus preconceitos.

Palavras-chave: Sexualidade, Sequência Didática, LGBT, Discurso.



INTRODUÇÃO

A instituição escolar, em seu princípio, foi concebida para acolher uma minoria social, que, ao longo do percurso histórico, teve o reconhecimento e o privilégio social: homem, branco, ocidental, burguês, masculino, heterossexual (FURLANI, 2011). No entanto, a escola foi aos poucos sendo requisitada por/para aqueles/as que havia sido negada. Ao passo que os grupos conquistavam seu direito à educação, a escola se transformava, pois aglomerava uma grande diversidade, e precisou ser constituída em seu interior uma organização, currículos, regulamentos e avaliações que iriam explícita ou implicitamente (re)produzir diferenças entre os indivíduos, assim garantindo as hierarquizações sociais (LOURO, 1997). Por isso, segundo Junqueira (2010), “a escola tornou-se, por conseguinte, um espaço em que rotineiramente circulam preconceitos que colocam em movimento discriminações de classe, cor, raça/etnia, sexo, gênero, orientação sexual, capacidade físico-mental” (p. 211). É essa dimensão que envolve a heteronormatividade, que “está na ordem das coisas, no cerne das concepções curriculares, e a escola faz de tudo para reafirmar e garantir o êxito dos processos de *heterossexualização compulsória* e de incorporação das *normas de gênero*” (BUTLER, 2003), e estas *regras* são ditadas a partir do “poder disciplinar” que atua sobre uma série de procedimentos e mecanismos (FOUCAULT, 1995) que disciplinam e punem os que fogem da norma, os sujeitos LGBTs.

Compreendendo que um dos papéis sociais da escola é promover diferenças, distinções e desigualdades, Louro (1997), ainda, traz à luz uma reflexão: “É necessário que nos perguntemos, então, como se produziram e se produzem tais diferenças e que efeitos elas têm sobre os sujeitos” (p.57). A LGBTfobia, no universo escolar, é (re)produzida nos livros didáticos, nos corredores da escola, nas práticas pedagógicas, nos currículos, nas portas de banheiros, nas brincadeiras “inofensivas”, nos bilhetes trocados entre estudantes, e no “não é permitido” quando a/o travesti pretende utilizar o banheiro, por exemplo. Os preconceitos e discriminações sobre os sujeitos LGBTs fazem parte da rotina escolar e são reconhecidos como algo “natural”. E os efeitos dessas práticas e discursos, embasados nas diferenças e desigualdades, causam sobre os sujeitos LGBTs violações de direitos, de negar a existência e o poder da manifestação, logo, neste presente estudo, as consideramos como formas de *violências*. As violências na escola abrangem várias tipologias, são elas: física, psicológica e sexual. Para Stelko-Pereira (2010), a violência física corresponde a “atos buscando ferir a integridade física da pessoa (tais como tapas, empurrões, chutes, socos, beliscões, atirar objetos, etc.)”, mas a violência psicológica é constituída por “ações



que têm como provável consequência danos psicológicos ou emocionais a outros (tais como ameaças de uso de violência física contra a pessoa ou entes queridos, criar situações a fim de provocar medo, degradar verbalmente a personalidade, crenças e atitudes da pessoa, ridicularizar ou inferiorizar os esforços da pessoa)” (p. 51).

Essas *violências* estão estruturadas na sociedade e interferem nos corpos e mentes dos indivíduos como um “conjunto de expressões verbais amplos, identificados com certas instituições ou situações sociais” (SILVA, 2000, p. 43), assim é compreendido o discurso. No pós-estruturalismo, o discurso, é discutido em uma dimensão linguística como sistema de significado, que atua na construção das identidades do sujeito, a partir dos aparatos discursivos e institucionais.

O teórico pós-estruturalista Laclau (2015) afirma que há ausência de um centro ou origem dos discursos, efetivamente há vários centros, isto é, uma rede de significados é construída a partir de várias estruturas. Reconhecendo a instituição escolar como uma estrutura, é preciso elucidar que esta por si só não produz todos os discursos LGBTfóbicos que são reverberados em seu universo, mas é resultado de vários pontos de articulações entre os discursos de instituições específicas – a exemplo, a Igreja, o Estado, a família, a clínica, a mídia – e que atravessam as paredes escolares insinuando e marcando diferenças entre as identidades.

Tendo tudo isso em vista, é preciso questionar as oposições binárias – trans/cis, homem/mulher, heterossexual/homossexual, negro/branco – que estabelecem as diferenças, e, por conseguinte, hierarquizam os sujeitos, imergindo esta discussão em um processo de *desconstrução*. Para Furlani (2011, p. 55) “desconstruir é questionar (e com isso desestabilizar) as operações e os processos envolvidos na construção de determinada ideia”, isto é, duvidar do que é dito por “universal”, “natural” e “inofensivo”

Por isso, através deste escrito pautado nas questões de gênero e sexualidade na educação, apresentamos uma Sequência Didática (SD) que aborda a temática em uma perspectiva lúdica e propõe ao coletivo um espaço de fala sem julgamentos. A SD tem como objetivo promover discussões a partir das *violências* que os indivíduos LGBTs são submetidos diariamente em nossa sociedade e, a partir dos debates, conhecer quais os discursos que atravessam diariamente o espaço escolar e desconstruí-los.

METODOLOGIA



A Sequência Didática foi construída como parte de uma atividade da disciplina de Estágio em Ensino de Biologia 3 do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), e foi aplicada em uma escola pública localizada na cidade do Recife- PE, para uma turma do 2º ano do ensino médio, constituída por 28 estudantes.

Constituída por três oficinas nomeadas “*Escola sem homofobia*”, “*Escola sem rótulos*” e “*A (in)visibilidade das mulheres na ciência*”, a sequência didática foi planejada buscando promover reflexões que contribuíssem para a construção do conhecimento crítico e sócio-cultural dos/as educandos/as, nos quesitos de gênero e sexualidade. No presente trabalho, apenas apresentamos o relato das duas primeiras oficinas, pois não foi possível aplicar a última etapa. Para cada oficina, o tempo de duração foi de duas aulas de 50 minutos e teve como auxílio o uso do datashow.

Para a coleta de dados, utilizamos um livro de registro para a transcrição de todas as etapas das aulas, incluindo os diálogos dos/as participantes que foram captados imediato ao momento. Também realizamos uma avaliação contendo os conteúdos abordados nas oficinas, envolvendo os conceitos de democracia, diversidade sexual e *violências* em suas questões. E por último, para avaliarmos as potencialidades das oficinas, os/as estudantes foram submetidos a um relato que deveriam expor as impressões e os sentimentos obtidos a partir do que foi vivenciado.

Descrição da aula com a oficina “Escola sem homofobia”.

A primeira aula foi utilizada para apresentar aos/as estudantes as diferentes formas de violência – física e psicológica – que ameaçam o grupo LGBT. Esta apresentação partiu de imagens que relatavam fatos/situações mais recorrentes às menos recorrentes do nosso cotidiano, buscando promover reflexões incisivas e, por conseguinte, articular a discussão com as instituições sociais (que compreendemos como a família, escola, serviço de saúde, grupo de amigos e mídia) e os atos (violentos) de preconceito/discriminação. Ainda nessa aula, houve um momento de discussão sobre os conceitos que estruturaram a oficina: democracia, gênero e sexualidade.

Na segunda aula da oficina foi realizada uma dinâmica, na qual os/as alunos/as organizaram-se em cinco grupos, cada um representando uma instituição social: família, escola, serviço de saúde, grupo de amigos e mídia. A partir da instituição que representava, cada grupo foi orientado a escrever palavras e expressões que incitassem preconceito e discriminação ao grupo LGBT - as que configuram as violências verbal e psicológica - assim, visando construir um “ciclo vicioso”.



No segundo momento, propusemos um “círculo virtuoso”, ao invés de apresentar discursos LGBTfóbicos, desta vez as instituições tiveram que expor alternativas respeitadas para outra instituição social. Isto é, os/as alunos/as da instituição “Família” tiveram que expor alternativas à “Escola”, esta, por sua vez, reagiu expondo opções para o “Serviço de Saúde”. O “Serviço de saúde” reagiu promovendo alternativas para a “mídia”, que, seguindo o “círculo virtuoso”, propôs benefícios ao “Grupos de amigos”. Por último, o “Grupo de amigos”, apresentou alternativas de respeito e aceitação à “família”.

Descrição da aula com a oficina “Escola sem rótulos”.

Para esta oficina tivemos como intenção questionar sobre os “rótulos”, ou os ditos discursos de ódio. No primeiro momento, os/as alunos/as foram norteados/as a posicionarem as suas cadeiras em formato de círculo na sala de aula. Com auxílio de papéis ofício e piloto de quadro, escrevemos palavras que incitavam o machismo e a LGBTfobia. A partir disso, utilizamos fita adesiva para fixar nas costas dos/as alunos/as os papéis, sem que eles vissem a que era referenciado cada um.

Após este procedimento, iniciamos a dinâmica anunciando dois relatos de situações de machismo e homofobia para reflexão. Cada aluno/a foi orientado/a a falar em voz alta e expressar como a sociedade os/as veem, de acordo com o que estava escrito nas costas do/a outro/a (ao seu lado).

No último momento, solicitamos aos/as estudantes que escrevessem suas críticas, vivências e as impressões atribuídas na oficina em concordância com o seguinte questionamento: *De acordo com a reflexão, rotulação e exposição perante à “sociedade” quais foram os seus sentimentos? Como você reagiria a isso?*

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em resposta aos nossos objetivos, o diálogo, a liberdade de expressão e a ludicidade foram observados claramente nas oficinas “Escola sem homofobia” e “Escola sem rótulos”. De certa forma, essas oficinas não foram construídas para, e tão somente, nutrir o conhecimento científico, mas envolver o coletivo em um experienciar de situações/momentos constituídos de reflexões. Para isso, foi necessário resgatar dos/as estudantes as suas vivências, seus pensamentos e suas expressões, isto é, adentrar no contexto de vida de cada um/a para que falassem de si mesmos, das



peças de seu convívio, sem medos, sem barreiras e timidez, de forma que não apenas “falassem”, mas que expusessem as dúvidas, os sentimentos, os preconceitos e as expectativas.

A partir deste envolvimento, durante a aplicação da Sequência Didática, foi possível observar diferentes abordagens sobre a temática da sexualidade, dentre elas destacamos uma visão religioso-radical, que para Furlani (2011) expressa-se como o uso do discurso religioso como uma “verdade absoluta” do que é aceitável (ou não) acerca da sexualidade. Esses discursos serviram/servem não apenas para reproduzir a homofobia, como também para justificar a “submissão” das mulheres na própria instituição religiosa. Destacamos também o pensamento moral-tradicionista, Furlani (2011) diz que este nutre funções aos “papéis sexuais”, defende a educação separada entre meninos e meninas, desaprovam práticas sexuais sem fins reprodutivos e o controle de população. E são nestes últimos casos, a exemplo, que há a construção de enunciados legitimadores da inferiorização de relações homoafetivas.

Essas duas abordagens compreendidas por nós como dois campos que (re)produzem a *violência* foram bastante presentes nas oficinas. Ao longo da “*Escola sem homofobia*”, na qual os/as estudantes discutiram sobre as diversas formas de violência, ficou claro para eles/as que há violência sobre os corpos para além da *violência física*, cujas consequências abrangem uma dimensão social muito maior. Isto foi evidenciado em um diálogo sobre violência no contexto familiar, a partir da seguinte fala de um estudante: “*bater educa sim! Isso não tem a ver com o que o filho quer, se é ser homossexual ou bissexual, mas no que os pais acreditam o que é certo e errado*”. Prontamente uma estudante retrucou: “*quando não há aceitação na família os filhos saem de casa, sendo menores de idade, na maioria das vezes, e procuram apoio no tráfico, na prostituição por achar que é solução. Não vejo que bater é educar*”. Esta última exposição foi aceita em unanimidade pelos/as estudantes, que levantaram diversas falas contra as LGBTfobias.

Na análise, ainda em uma dimensão moral-tradicionista, desta vez na oficina “*Escola sem rótulos*”, em seu último momento, que foi constituído por uma reflexão e os/as participantes estavam livres para responder ao grupo “*Como você reagiria a isto?*”, o relato da professora regular da turma se mostrou bastante pertinente para a discussão do que é ser rotulado como “*bixa*”, “*trava*”, “*sapatão*” em nossa sociedade LGBTfóbica, ao relatar o seguinte episódio: “*Tinha um amigo que usava shortinho rosa e tudo mais e a galera tirava muita onda com ele... agora mudou o jeito de se vestir e agora o pessoal tá aceitando mais ele... acho que parte muito da pessoa se ela se aceita ou não e não parte tanto da outra pessoa que expressa homofobia*”.



Sabendo que os valores são ressignificados a depender do contexto sócio-cultural e momento histórico, neste exemplo vemos claramente que o desejo está (e sempre esteve) articulado à relação de poder. Para Foucault (1988), o poder dita a sua lei, instaura um regime binário: lícito e ilícito, permitido e proibido; o poder tem por objetivo que o sujeito renuncie a si próprio, e assegura que a sua “existência só será mantida à custa da tua anulação” (p.90), e assim, o inexistente não tem direito a qualquer manifestação, ocupando uma posição de submissão. Analisando o relato citado, e dando sua continuidade, é possível (e necessário) (re)afirmar que é do feitio das relações de poder hierarquizar os sujeitos, os “engavetando” em padrões normativos – por exemplo, no trecho (“*tenho muito respeito, mas mesmo sendo homossexual deve-se vestir como “homem”, como “mulher”, e fazer suas coisas dentro de quatro paredes*” – para que os tornem mais “aceitáveis” diante da sociedade e ainda sejam negadas as suas existências para que nada possa dizer, apenas fazer o que lhe for dito.

Ao discutirmos a *violência* sobre os sujeitos na oficina de “*Escola sem rótulos*”, experienciamos discursos de abordagem religioso-radical: “*Todos os homossexuais [dito com um ar de desprezo] devem se enxergar, e buscar logo a salvação, se é que tem, porque Deus não brinca, ele fez o homem para a mulher, e a mulher para o homem*”. Antes mesmo de uma posição nossa, observamos claramente o descentramento dos sujeitos, para Lopes (2015) isto é, a centralidade é instável e fugidia, uma vez que está sujeita constantemente ao campo da disputa, no tempo e espaço. A construção de centros depende de atos de poder que são constituídos por certos discursos (LOPES, 2015), assim “o indivíduo busca identidades subjetivas na identificação com objetos coletivos, no entanto, toda identificação é incapaz de cobrir essa ilusão de completude” (SOUTHWELL, 2008, p. 130). Dessa forma, os/as estudantes, em sua maioria auto-declarados/as religiosos/as, resistiram a essa hipótese por rotineiramente estarem em convívio, tanto na escola como fora dela, com amigos/as homossexuais que expõem os seus conflitos, seus medos, negações e exclusões, além do conhecimento social a respeito das questões da LGBTfobia que existem fora da estrutura escolar, tudo isto exposto claramente por eles/as.

Na oficina “*Escola sem homofobia*” a abordagem religioso-radical foi evidenciada no seguinte relato: “*Podem até fazer cirurgias de mudança de sexo, para mulher parecer homem e homem parecer mulher, mas Deus fez perfeito, e a mulher vai continuar sendo mulher, da mesma forma serve para o homem. Não pode mudar o que foi feito*”. Apesar do conflito entre ciência e religião, é evidente que estes estão articulados desde longos períodos históricos. Para além disso, é



visto que há uma articulação entre discursos, a instituição religiosa se apropria do discurso produzido pela ciência para legitimar suas crenças, desta vez, a TRANSfobia. É neste aspecto estrutural que o poder “concebe não como algo que se possui, nem como algo fixo, e tampouco partindo de um centro, mas como uma relação, como móvel e fluido, como capilar e estando em toda parte” (SILVA, 2001, p. 120).

Além desses momentos vivenciados propostos pelas oficinas, os/as estudantes, por fim, foram submetidos a uma breve avaliação – espécie de depoimento – de forma que relatassem quais os sentimentos e o conhecimento científico experienciados através das oficinas, e alguns/algumas deles/as descreveram:

A: Gostei muito porque nos deixou livre para falar o que pensamos sem sermos julgados, mesmo falando coisas que reforça a homofobia.

B: Me fez perceber que devemos nos colocar na posição do outro, e sentir a dor do que é ser rejeitado pela família, pelos amigos. Não é preciso uma tapa para termos a noção disso.

C: Depois de compreender o que é diversidade sexual, agora sei como as pessoas podem ser homofóbicas mesmo sem usar a violência física, e me fez ter uma noção do quão essa sociedade é injusta.

D: As pessoas deviam deixar em paz os homossexuais, os bissexuais, as mulheres que querem se vestir do jeito que quiser, ficar com quantos homens quiser, é o direito de cada um. Todos devem respeitar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A nossa avaliação sobre os resultados obtidos foi bastante positiva, uma vez que intencionamos refletir com o coletivo a partir de uma abordagem diferente, que facilitasse a fluidez da discussão de uma temática polêmica, os/as estudantes corresponderam expondo sem medos e timidez seus pensamentos e vivências. Compreendemos, assim, que estas oficinas contribuíram para uma sensibilização da causa, e também nos direcionou a um processo do “conhecer a turma”, isto é, facilitaram analisar as abordagens, especificamente, os discursos (re)produzidos pelos/as estudantes. Como professores/as, esta noção contribui para que reflitamos e encaremos um campo de



construção metodológica que ajudem os/as estudantes a repensar seus preconceitos e, por conseguinte, desconstruí-los.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FOUCAULT, M. *História da sexualidade – a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. *O sujeito e o poder*. In: DREYFUS, H.; RABINOW, P. Michel Foucault. *Uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995, p. 231-249.

FURLANI, Jimena. *Educação sexual na sala de aula: relações de gênero, orientação sexual e igualdade étnico-racial numa proposta de respeito às diferenças*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. *Currículo heteronormativo e cotidiano escolar homofóbico*. Espaço do currículo, v.2, n.2, 2010, p.208-230.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. *Hegemonia e estratégia socialista*. São Paulo: Intermeios, 2015.

LOPES, Alice Casimiro. *Por um currículo sem fundamentos*. Linhas Críticas, v.21, n.45, 2015, p.445-466.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

SILVA, Tomas Tadeu da. *Teoria cultural e Educação – um vocabulário crítico*. Belo Horizonte: Atêntica, 2000.

SILVA, Tomas Tadeu da. *Documentos de identidade – uma introdução às teorias do currículo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

SOUTHWELL, Myriam. *Pós-estruturalismo e teoria do discurso*. Porto Alegre: PUCRS, 2008.



III CONEDU
CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

STELKO-PEREIRA, Ana Carina; WILLIAMS, Lúcia Cavalcanti de Albuquerque. *Reflexões sobre o conceito de violência escolar e a busca por uma definição abrangente*. Tema em psicologia, v.18, n.1, 2010, p.45-55.